



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

DHYAN RAMAYANA RAMOS RODRIGUES

**REVOLVENDO RAÍZES: Um contraponto à oposição entre cultura ibérica e
cultura moderna em *Raízes do Brasil***

**BRASÍLIA
2017**

DHYAN RAMAYANA RAMOS RODRIGUES

13/0107484

REVOLVENDO RAÍZES: Um contraponto à oposição entre cultura ibérica e cultura moderna em *Raízes do Brasil*

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

**BRASÍLIA
2017**

DHYAN RAMAYANA RAMOS RODRIGUES

REVOLVENDO RAÍZES

Um contraponto à oposição entre cultura ibérica e culturas modernas em *Raízes do Brasil*

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

BRASÍLIA, ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Nascimento
Universidade de Brasília

Parecerista

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, irmãs e cunhado, minha tia Fafá e toda minha família pelo apoio e pela disposição de ficar me ouvindo falar durante um ano sobre monografia.

Ao meu orientador, Professor Paulo Nascimento, pela ajuda e paciência no meio de troca de temas e devaneios.

Aos meus amigos, por entenderem (eu acho) a minha completa ausência nesse primeiro semestre de 2017.

À Letícia Neri Carneiro (e sua família), pois sem ela até hoje eu não teria mandado o e-mail pedindo para meu orientador me orientar. Obrigado por aguentar minhas chatices e pessimismos e me levar praticamente de mãos dadas por meio desse caminho que foi a monografia.

*“Com avencas na caatinga,
Alecrins no canavial,
Licores na moringa:
Um vinho tropical.
E a linda mulata
Com rendas do Alentejo
De quem numa bravata
Arrebata um beijo...
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!”*

(Fado tropical – Chico Buarque de Holanda)

RESUMO

O presente trabalho busca fazer um contraponto a *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. No livro, há uma distinção entre a cultura ibérica, as ditas raízes do Brasil, e as culturas modernas, em que as primeiras são caracterizadas pelo personalismo e o patrimonialismo e as segundas, ao contrário, têm como base a racionalidade, impessoalidade, e outras atitudes consideradas necessárias para a modernização de uma sociedade. Assim, pretende-se mostrar as críticas mais recentes feitas ao livro, ressaltando a ideia de que não é possível considerar que as culturas ditas modernas foram imunes de aspectos arcaicos. Será visto, no entanto, que esse argumento não é específico de *Raízes do Brasil*, mas faz parte de todo o cerne teórico das principais teorias relacionadas ao estudo da identidade brasileira, que são agrupadas na ideia de “sociologia da inautenticidade”. Para complementar, há um estudo de caso sobre o patrimonialismo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, sociedades consideradas como exemplares da modernidade para a “sociologia da inautenticidade”. Essa parte tem o intuito de elucidar que o patrimonialismo foi característica fundamental na história desses países, assim não podendo fazer uma oposição em relação a tal fator com a cultura ibérica. Assim, o trabalho busca concluir que é problemático entender a cultura ibérica a partir de uma dicotomia com outras culturas, sendo necessário ver de perto como se deu as idiosincrasias da sociedade brasileira para melhor nos entendermos.

Palavras-chave: *Raízes do Brasil*; identidade nacional; Sérgio Buarque de Holanda; sociologia da inautenticidade; patrimonialismo.

ABSTRACT

The following research tries to make a counterpoint to *Raízes do Brasil (Roots of Brazil)* of Sérgio Buarque de Holanda. In the book, there is a distinction between the Iberian cultures, which Brazil is fit, and the modern-like cultures, in which the former are characterized by the personalism and the patrimonialism, and the second ones, instead, are based by rationalism, impersonalism, and other attitudes that are considered necessary for the modernization of a society. In this way, it's shown the recent critics to the book, highlighting the idea that is not possible to consider that modern-like cultures were immune to archaic aspects. It will be seen, however, that this argument is not specific to *Raízes do Brasil*, but it is, instead, part of the "sociology of inauthenticity" ("sociologia da inautenticidade"). To complement, there is a case study of patrimonialism in Western Europe and The United States of America, societies that is considered model to the "sociology of inauthenticity". This part has the intent of elucidate that the patrimonialism was a fundamental feature in the history of those countries. Thereby, the work concludes that is problematic understanding the Iberian culture in a dichotomy with other cultures, being necessary to see how was made the idiosyncrasies Brazilian society to better understand it.

Keywords: *Roots of Brazil*; national identity; Sérgio Buarque de Holanda; sociology of inauthenticity; patrimonialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 CAPÍTULO I – RECORTANDO RAÍZES DO BRASIL	5
2.1 INTRODUÇÃO A RAÍZES DO BRASIL	5
2.2 A CULTURA IBÉRICA	6
2.3 PATRIMONIALISMO E O HOMEM CORDIAL.....	8
2.4 O PROBLEMA DA COMPARAÇÃO	10
3 CAPÍTULO II – VISÕES CRÍTICAS SOBRE RAÍZES DO BRASIL	15
3.1 AS CRÍTICAS DE “A MODERNIZAÇÃO SELETIVA”	15
3.1.1 “Sociologia da inautenticidade” e a justificativa de Jessé Souza.....	15
3.1.2 Sérgio Buarque de Holanda e o Culturalismo Atávico.....	16
3.2 OUTRAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES.....	18
4 CAPÍTULO III – O PATRIMONIALISMO NAS CULTURAS MODERNAS	22
4.1 PERRY ANDERSON E O PATRIMONIALISMO NA EUROPA	22
4.2 JOHN R. HALL E O CASO DOS ESTADOS UNIDOS	26
5 CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

Os últimos anos foram de grande impacto no cenário político brasileiro. De 2014 a 2017 o Brasil sofreu os abalos de uma crise econômica e política. Em relação à Lava-Jato, já foram 24 presos, entre políticos, burocratas, empresários, além da necessidade de ressarcir 38 bilhões de reais aos cofres públicos. Sem contar com um *impeachment* e outro que parece estar por vir. Neste contexto, as discussões sobre a necessidade de mudanças de condutas dos representantes vieram à tona ainda mais fortes e deixou claro que nem o espectro ideológico diferencia os corruptos dos não corruptos.

A situação corrente traz de volta debates sobre a propensão cultural do brasileiro à prática da corrupção, e temas como clientelismo, personalismo e patrimonialismo são constantemente comentados, seja para negar uma especificidade, seja para afirmá-la. Por que somos tão corruptos? Nossa cultura favorece esse tipo de prática? Quais são as saídas para tal situação? São perguntas que constantemente tem vindo à mente nesses tempos conturbados.

Dentro de tal contexto, o nome de Sérgio Buarque de Holanda aparece com força e sua obra mais famosa, *Raízes do Brasil*, nos dá grande suporte teórico para compreender essas questões cruciais relacionadas à identidade brasileira.

Contudo, apesar do brilhantismo da obra, é preciso parcimônia. O contexto em que foi produzida é muito diferente do que vivenciamos hoje, 81 anos após o seu lançamento. A sociedade, a política, a economia mudaram, juntamente com as Ciências Humanas. É necessário, com isso, entender que os conceitos construídos em *Raízes do Brasil* foram alvos de críticas que nem sempre são lembradas e colocadas quando na utilização de suas teorias. Esse trabalho, então, procura ressaltar algumas das críticas feitas a *Raízes do Brasil* de forma bem específica, com intuito não de negar as suas qualidades, mas sim que a obra possa ser usada de maneira crítica, com melhor ciência de suas limitações.

Há uma dificuldade ao tratar deste livro por causa de sua ampla abordagem de temas. Buarque de Holanda nos mostra vários aspectos diferentes da formação do Brasil, sempre com foco nas suas raízes. Assim, o livro aborda desde o passado medieval de Portugal e Espanha, passando pela colonização da América, Brasil Império e Brasil República. Para somar, são tratados vários diferentes enfoques, como cultura, economia, política e sociedade.

No intuito de dar melhor foco à problemática, um aspecto específico foi escolhido para ser explorado mais criticamente, e que, de certa maneira, é algo em que se baseia toda a construção teórica de *Raízes*. Tal aspecto é a constante diferenciação feita por Holanda entre

os países que seriam as “raízes” do Brasil (e o próprio), e aqueles outros vistos como mais exemplares a partir de uma ótica da modernidade: a Europa Ocidental e os Estados Unidos¹. Tal modernidade seria baseada no “desenvolvimento econômico, mas também racionalização do trabalho, burocratização das organizações públicas e privadas, desencantamento ou dessacralização do mundo, etc. [...], incorporaria também o alargamento da cidadania, a melhoria dos padrões de vida, erradicação da miséria, educação popular e democracia” (LEITE FILHO, 1994, p. 23)², características que contrastam com o que que seria o Brasil segundo a visão do autor: personalista, patrimonialista e clientelista .

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é desconstruir a contraposição simplificadora entre um Brasil arcaico e países considerados como ideais da modernidade, usando como objeto de análise o patrimonialismo. Não que tal diferença não exista, o que seria impossível de negar. O problema se dá a partir do momento em que é apresentada a ideia de que tal arcaísmo nunca esteve presente nas culturas Europeias e é característica específica de uma cultura ibérica³.

A pesquisa aqui feita se centra em mostrar que as teorias do autor baseiam-se em uma diferença que sempre existiu entre a cultura ibérica e uma cultura europeia, em que a primeira é caracterizada como arcaica e a segunda moderna. O Brasil, assim, seria carregado de personalismo e patrimonialismo, logo corrupção, por causa da cultura ibérica, que veio de maneira atávica e nunca se modificou. A ideia é mostrar que esse arcaísmo, principalmente o patrimonialismo, esteve presente também nos países considerados como exemplos de modernidade, sendo que essa ideia de supervalorização da Europa é algo comum nos estudos que tentam entender a identidade brasileira.

É muito óbvio para os observadores da segunda década do século XXI que há diferenças contrastantes entre a cultura política de Portugal, por exemplo, e a do nosso país. Visto hoje em dia, Portugal parece mais próximo de uma Alemanha do que do Brasil, o que é

¹ Na verdade, a comparação também é trazida ante Portugal e Espanha, sobretudo quando é tratado da urbanização e colonização da América. Contudo, o que mais se repete é a dicotomia entre países ibéricos e o restante da Europa Ocidental ou os Estados Unidos da América.

² Segundo Roberto Conceição Morato Leite Filho em sua dissertação de Mestrado, *Raízes do Brasil* tem seu eixo central a questão do “impasse da modernidade no Brasil contemporâneo” (LEITE FILHO, 1994, p. 8). Vale atentar que a modernidade é um objeto teórico bastante discutido por diversos autores, que pode abarcar desenvolvimento econômico, constituição da cidadania, ou mesmo uma perspectiva crítica de massificação (LEITE FILHO, 1994, p. 22 – 23, 1994). A noção de modernidade mostrada aqui é a que, segundo ele, é usada por Sérgio Buarque de Holanda com base em Weber.

³ Sérgio Buarque de Holanda também considera outras culturas como aquelas que receberam menos influência da Europa, como será visto no capítulo 1.

muito diferente da época em que Sérgio Buarque de Holanda escrevia⁴. Também é comum a ideia dos portugueses como pessoas frias, o que vai de encontro com a cordialidade do brasileiro. Essas impressões lançaram as primeiras ideias para a formação desse trabalho: continuar analisando a cultura brasileira com base nas suas raízes deixa de lado as mudanças que ocorreram nela ao longo do tempo, e pode impossibilitar uma análise mais crítica da atualidade.

Para melhor apresentar as críticas às ideias contidas em *Raízes do Brasil* em relação à especificidade arcaica dos ibéricos, será feita uma divisão desta monografia em três partes:

A primeira tem como intenção dar uma pincelada em alguns aspectos do livro em questão, com ênfase na visão patrimonial e personalista que Sérgio Buarque tem sobre o Brasil e sobre as suas raízes. Serão ressaltadas, também, as partes em que o autor faz as comparações já comentadas.

A segunda parte tem o intuito de mostrar as críticas já feitas ao autor, a partir das teorias colocadas em *A modernização seletiva* de Jessé Souza e também no prefácio da versão alemã de *Raízes do Brasil* escrita por Sérgio Costa. Com o primeiro, serão vistos os conceitos de “sociologia da inautenticidade” e “culturalismo atávico” que nos dão suporte para melhor analisar as teorias de Sérgio Buarque de Holanda. Além disso, o livro tem como tese principal a que em nenhuma sociedade foi possível realizar totalmente os aspectos da modernidade, seja ela a brasileira, a europeia ou a norte-americana. Já Sérgio Costa nos mostra que temos de ter certos cuidados ao criticar a obra de Holanda, pois é necessário verificar o contexto em que foi escrita, o qual a adoção de uma “Europa hiper-real” foi necessária para que *Raízes do Brasil* pudesse tecer suas próprias críticas à sociedade vigente. Ao mesmo tempo, também ressalta a ideia de que o conceito básico para Holanda de “cordialidade” pode ser visto em diferentes graus e em todas as sociedades.

A terceira e última parte é um pequeno estudo de caso, que tenta mostrar como essas questões consideradas não modernas marcaram países considerados modernos sob a ótica do patrimonialismo. Primeiramente, será visto com Perry Anderson, em *Linhagens do Estado Absolutista*, que a Europa Ocidental foi inundada pelo patrimonialismo durante toda sua Época Moderna, o que, apesar de tratar de tempos históricos praticamente iguais, Sérgio Buarque de Holanda não considera. Segundo, será analisado o mesmo caso de

⁴ Um exemplo disso é a luz elétrica. Brasil já apostava no abastecimento da luz elétrica ainda na época do Império, criando sua primeira hidrelétrica em 1883. Já Portugal só teve a sua primeira em 1908, e as políticas públicas voltadas para a disseminação da luz elétrica só seriam postas em marcha depois da Segunda Guerra Mundial.

patrimonialismo, só que nos Estados Unidos. John R. Hall nos apresenta como essa questão se desenvolveu durante toda a história dos EUA⁵, tendo como base a distribuição e venda de terras, e acabou por se modernizar.

⁵ É importante tratar dos Estados Unidos, pois, segundo Jessé Souza, tal país é a “referência principal também para nossa sociologia da inautenticidade, como o nosso ‘outro’ por excelência”, encerrando em si todas as virtudes do desenvolvimento da modernidade ocidental (SOUZA, 2000, p. 127).

2 CAPÍTULO I – RECORTANDO RAÍZES DO BRASIL

2.1 INTRODUÇÃO A RAÍZES DO BRASIL

Na primeira metade do século XX foi visto um florescimento das Ciências Humanas no Brasil as quais tiveram um tema central servindo de base para teóricos da História, passando pelas Ciências Sociais e chegando até à Literatura. Tal tema, que teve seu início no século XIX, foi a busca pela identidade nacional brasileira. Desde então, a formação de uma brasilidade foi objeto principal de alguns dos maiores teóricos brasileiros, como Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Celso Furtado, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr.

Assim sendo, Sérgio Buarque de Holanda é considerado um dos fundadores do pensamento acadêmico sobre as interpretações da cultura brasileira. Autor de obra extensa teve como a mais famosa *Raízes do Brasil*, o “clássico de nascença” (HOLANDA, 1995, p. 10)⁶.

Algo que define boa parte dos intelectuais da época de Holanda e que tratam do tema já colocado é a ideia de iberismo. Ela se denomina assim por causa de como é feita a explicação para a forma em que a identidade brasileira: a partir de nossas raízes ibéricas.

Até aí não há problema a ser abordado. Não há como negar que a brasilidade foi altamente influenciada pela nossa antiga metrópole, e que há características específicas da história ibérica que fazem essa península ser contrastada com países que seguiram os rumos básicos da história ocidental moderna. O problema se dá quando é colocado em polos oposto esse iberismo e outros tipos de cultura, inserindo Portugal e Espanha como contrários da Europa Ocidental dos EUA.

Raízes do Brasil ilustra bem essas interpretações. Assim, a primeira parte deste trabalho tem como proposta fazer um resumo dos pontos considerados principais para o desenvolvimento da hipótese: a nossa herança ibérica com sua cultura personalista; os conceitos de patrimonialismo e Homem Cordial; e por último uma sessão que abordará as comparações feitas entre a nossa cultura e as outras.

Não se pode esquecer, como é colocado no título do capítulo, que esse é apenas um recorte do livro. Apesar de relativamente pequeno quando comparado com os que tratam do mesmo assunto, *Raízes do Brasil* abrange uma grande variedade de temas ao longo de toda a

⁶ Tal livro teve mudanças conceituais desde a sua primeira edição. É a sua versão final que é usada aqui.

história da formação do Brasil. É um livro complexo e esse trabalho propôs tratar de apenas alguns aspectos dele.

2.2 A CULTURA IBÉRICA

A pedra angular de todo *Raízes do Brasil* se baseia em quem fomos colonizados. Os ibéricos que chegaram ao Novo Mundo no final do século XV eram carregados de uma cultura muito específica, que se diferenciava de grande parte da Europa Ocidental. Uma das partes mais famosas do livro, logo em sua primeira página, introduz esse pensamento.

É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica. A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteira, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário. (HOLANDA, 1995, p. 31).

O atraso dos países ibéricos ao entrar no “coro europeu” - que só ocorrerá a partir dos Descobrimentos - influenciará de maneira definidora a cultura dessas sociedades. Elas se desenvolveram “quase à margem das congêneres europeias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe” (HOLANDA, 1995, p. 31), gozando de uma característica única que o restante da Europa estaria “longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade”: a cultura da personalidade levada ao extremo, “que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica” (HOLANDA 1995, p. 32).

E o que seria essa cultura da personalidade especificamente? Holanda diz que é “a importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço” (HOLANDA, 1995, p. 32). Ou seja, é uma cultura que enaltece características individualistas, as quais as pessoas são consideradas mais valorosas o quão menos dependem dos outros, cada um “filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes...” (HOLANDA, 1995, p. 32).

Toda a história da colonização brasileira (que é o corpo de *Raízes do Brasil*) é influenciada pela cultura da personalidade, mas ela antecede tal momento histórico. Para Holanda, essa cultura vem da aristocracia. No entanto, a burguesia nascente na transição da Idade Média para a Moderna, estrato social que seria responsável por trazer os avanços modernizadores, “não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou

instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu domínio”, por causa das facilidades em ascender socialmente nos países ibéricos (HOLANDA, 1995, p. 36). Ela, assim, acabou se associando aos valores aristocráticos, sendo guiada “pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista” (HOLANDA, 1995, p. 36).

De certa forma toda a população acabou se contagiando pela cultura da nobreza, pois o que mais ali valia era esse culto individualista, isto é, mais as capacidades e virtudes próprias do que as herdadas, o que dava esperanças de que qualquer um poderia ascender socialmente somente dependendo de si próprio.

Outra característica desta cultura é a “invencível repulsa” dos povos ibéricos a uma “moral fundada no culto do trabalho” e, como tal moral é o motivo gerador de solidariedade entre os indivíduos, temos uma sociedade com baixo nível de coesão social. Holanda afirma que todas as formas de organização que tiveram como base a solidariedade e a ordenação sempre foram fracas em tais países, dando frutos a uma sociedade anárquica, onde “as iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir” (HOLANDA, 1995, p. 33). Isso se estende ao longo da história, e “só muito recentemente, com o prestígio maior das instituições do Norte, é que essa ética do trabalho chegou a conquistar algum terreno entre eles” (HOLANDA, 1995, p. 38). Assim, a ideia de trabalho, de atividade utilitária e de apelo ao grupo, sempre foi vencida pelo ócio e pela contemplação nos ibéricos, traço basicamente individual. A solidariedade, em nossa cultura,

[...] existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse - no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas, sobre o plano mais vasto, gremial ou nacional. (HOLANDA, 1995, p. 39)

A base do Homem Cordial, que será tratado mais abaixo, se baseia nesse aspecto da cultura, onde o personalismo - forma de tratamento onde impera os sentimentos e virtudes pessoais - domina e todo relacionamento só se torna possível quando há uma vinculação do outro a um aspecto familiar.

O *ethos* ibérico foi transplantado para o Brasil e perdurou ao longo do tempo sem sofrer modificações significativas. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, não importa se tivemos contato com outras culturas, como a dos indígenas, negros, ou mesmo a de outras culturas europeias que não a ibérica. A última continua sendo a definidora de quem nós somos.

Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos diferentes do nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (HOLANDA, 1995, p. 40)

Apesar de tantos aspectos negativos, a colonização da América só se tornou possível por causa da particularidade ibérica. Os portugueses, principalmente, tinham, desde os tempos da *reconquista*, uma facilidade a se adaptar a outros povos. Sua colonização foi “branda e mole” e esse foi o motivo do sucesso da colonização. A plasticidade que os ibéricos têm para lidar com as diferenças entre os povos e se ajustar a elas foi o motivo qual eles conseguiram ter êxito, diferentemente dos holandeses, por exemplo. Como temos um enfoque exclusivo, não será abordado de maneira específica os momentos da colonização *per se* do Brasil, mesmo sendo algo bastante tratado no livro.

2.3 PATRIMONIALISMO E O HOMEM CORDIAL

É preciso, então, dar um salto no temporal para tratar do ponto mais fulcral para este trabalho que é a noção de patrimonialismo e também o conceito mais conhecido quando tratamos de Sérgio Buarque de Holanda (mesmo não nascendo com ele) que é o Homem Cordial.

Partimos da consolidação do Brasil Colônia, em que há uma elite agrária patriarcalista já estabelecida, carregada da cultura personalista e controlando não só o poder político colonial, mas também todo o microcosmo da zona rural. Os filhos desses senhores rurais são obviamente educados de uma forma tradicional. Contudo, a partir do crescimento urbano, há uma demanda para se exercer funções no espaço público, e são esses filhos que irão querer adentrá-lo. Essa situação leva a um problema, pois a educação tradicional entra em choque com as virtudes antifamiliares por natureza - logo, do espírito de iniciativa pessoal e da concorrência entre os cidadãos - que são necessárias para o funcionamento ideal da máquina pública.

A partir de então, uma cultura tipicamente agrária é transplantada para os novos centros urbanos pelos jovens bacharéis que a adquiriram na sua criação tradicional e se

inseriram no espaço público, não conseguindo livrar-se dela mesmo após a separação da família.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização - que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades - ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (H OLANDA, 1995, p. 145).

É sobre parte deste “desequilíbrio social” que queremos exercer uma especial atenção.

Os filhos do sistema patriarcal personalista entram na burocracia brasileira que está se estabelecendo, mas não é fácil para eles “compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 1995, p. 145). Eles se tornam os funcionários patrimonialistas. Partindo daí, há a definição de patrimonialismo no livro de Holanda, diferindo esse funcionário do tipo racional weberiano.

As particularidades do funcionário patrimonial estão ligadas a tratar a coisa pública com “interesse particular”, como “direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos”, diferentemente do que acontece no Estado burocrático - local dos funcionários burocráticos weberianos - caracterizado pela “especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos”.

Vale atentar para a maneira que se escolhem os que vão exercer as funções públicas, que não é feita de acordo com a capacidade própria do indivíduo, mas sim “de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos”. De novo: é o contrário do ordenamento impessoal do Estado burocrático, e, no Brasil, somente excepcionalmente houve uma burocracia puramente dedicada e fundada em “interesses objetivos”. A regra é a concepção de uma burocracia baseada em vontades particulares, como se estivesse nos círculos fechados (com o dá família exprimindo a maior força em nossa sociedade) que não são acessíveis à ordenação impessoal. As instituições patrimoniais podem até “adquirir traços burocráticos”, mas são essencialmente diferentes destes, mesmo quando em instituições democráticas. Assim, no Brasil, essa “supremacia, incontestável, absorvente” dos círculos familiares, onde os vínculos são baseados em “contatos primários” (aqueles que se baseiam nos laços de sangue e no “coração”) teve como um dos efeitos o fato de que as relações domésticas “forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social” no Brasil (HOLANDA, 1995, p. 146).

É exatamente a partir dessa ideia de “contatos primários”, vindos do convívio no meio rural patriarcal, que é derivado o Homem Cordial. Cordialidade, neste sentido, é o oposto de polidez. A última é uma forma de defesa dos indivíduos ante a sociedade, para manter seguros os seus sentimentos para si, enquanto a primeira é uma transbordação de emoções, uma tentativa de fuga de si mesmo, um “viver nos outros” (HOLANDA, 1995, p. 147).

Holanda define tal cordialidade como o “traço definidor do carácter brasileiro”, e, apesar de ser o motivo das virtudes que são gabadas pelos estrangeiros (“a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade”), o autor afirma que elas não significam “boas maneiras, civilidade”. Na verdade, elas são, “antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”, como dito acima. O desejo de se estabelecer uma intimidade é constante, pois o Homem Cordial não consegue fazer um tratamento baseado na impessoalidade. As fórmulas de reverências, típicas de um contato baseado na polidez são até admitidas, “mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar” (HOLANDA, 1995, p. 148). Tudo isso é derivado da nossa cultura herdada baseada no personalismo, e é ela, segundo o autor, o maior obstáculo para que haja a consolidação real de uma democracia e de valores democráticos, processo que, segundo ele, vem acontecendo durante todo o século XIX, sobretudo a partir da abolição da escravidão.

2.4 O PROBLEMA DA COMPARAÇÃO

Até agora foi feita uma pequena resenha de “Raízes do Brasil”, colocando dois pontos do argumento de Holanda como centrais. O primeiro foi a noção de iberismo, a tal ideia de uma cultura ibérica que se associa com “a negação da sociedade utilitária individualista, da política contratualista e do mercado como ordenador das relações sociais” (VELLOSO, 2011, p. 45), e que a característica principal é o personalismo, ou seja, os “membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou ideias” (HOLANDA, 1995, p. 79).

A segunda parte foi dedicada ao patrimonialismo e ao Homem Cordial, algo que é impossível de não se abordar quando se trata de Sérgio Buarque de Holanda. Eles são de suma importância para entender a institucionalização da cultura ibérica na política brasileira.

Deixar-se-á de lado o aspecto “resenheístico” para abordar este último ponto. Basicamente ele é um recorte de partes de *Raízes do Brasil*, mostrando como o autor faz uma

comparação entre culturas durante todo o livro, colocando de lados opostos a cultura ibérica da cultura protestante, que é considerada como “socialmente mais avançada”, sendo necessário superar o que somos para que haja a possibilidade de uma democracia real.

Desde o começo do livro, a questão da comparação, típica das teorias iberistas, se apresenta no argumento de Holanda. Logo após fazer a explicação do porquê do personalismo ser tão característico das sociedades ibéricas, o autor apresenta a sua perspectiva de diferenciamento delas das outras sociedades.

Foi essa mentalidade, justamente que se tornou o maior óbice, entre eles, ao espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, e sobretudo os calvinistas. Porque na verdade, as doutrinas que apregoam o livre-arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens. Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos (HOLANDA, 1995, p. 38).

Indo um pouco mais a frente, apesar de colocar a cultura ibérica como a única possível para se efetivar a colonização, há um, porém, pois “o que faltava em plasticidade aos holandeses sobrava-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e coesão social” (HOLANDA, 1995, p. 62). Isso continua durante todo o livro, fazendo comparações entre o personalismo individualista ibérico, fruto de incoesão, e um racionalismo coeso, baseando se, sobretudo, na Europa e na América do Norte ou mesmo somente tecendo elogios que não são usados quando para tratar dos ibéricos. Um exemplo sobre a questão dos Estados Unidos é quando, ao discutir sobre a pretensão de alguns intelectuais brasileiros de que a condição para o desenvolvimento da nossa sociedade seria a luta contra o analfabetismo, o autor faz exaltações a esse país, mostrando que a alfabetização em massa não foi condição obrigatória nem para o “tipo de cultura de cultura técnica e capitalista que admiram e *cujo modelo mais completo* [grifo meu] vamos encontrar na América do Norte”

Temos também outros adjetivos de exaltação a outros países como em uma passagem em que o autor explica que a Inglaterra não era tão divergente dos ibéricos até a Revolução Inglesa, diferenciando esse país de outros mais avançados e colocando semelhanças nos atraso dos povos ao Sul da Europa (como os ibéricos).

O deão da catedral de St Paul observa em livro rico de interessantes sugestões, que o ‘inglês médio não tem presentemente nenhum gosto pela *diligência infatigável*, laboriosa, dos alemães, ou pela *frugalidade parcimoniosa* dos franceses [grifos meus]. E acrescenta a essa observação mais esta, que a muitos deve parecer

desconcertante e nova: ‘A indolência é vício que partilhamos com os naturais de algumas terras quentes, mas não com qualquer outro povo do Norte da Europa’ (HOLANDA, 1995 p. 45 – 46).

Tabela 1
Características polares nos padrões ibérico e anglo-saxão de cultura e organização social

América Anglo-Saxônica (EUA)	América Ibérica
Protestantismo	Catolicismo
Razão	Sentimento
Individualismo e utilitarismo	Personalismo
Atomismo	Organicismo
Pureza racial	Mestiçagem
Disputa	Conciliação
Ética do trabalho	Ética da aventura
Esforço	Talento
Polidez	Cordialidade
Família nuclear	Família patriarcal
Contrato entre indivíduos	Pacto social entre grupos
Estado burocrático moderno	Estado patrimonial
Estado é só um meio	Estado orgânico com finalidade

Fonte: SALLUM JR., 2012

Sérgio Buarque é claro: há um grupo de sociedades que constituem características opostas às nossas. Um Norte que tem aptidões únicas para o trabalho, para poupar, dono de uma cultura racional ideal para uma sociedade coesa, enquanto um Sul que é carregado de personalismo, anarquismo, egoísmo entre uma série de outros adjetivos os quais foram legados de comportamentos singulares da aristocracia ibérica, e que nos acompanham durante toda a história sem terem modificações consideráveis, e que, na verdade, as culturas outras que se adaptam a ela.

Para sistematizar, vide a tabela acima feita por Brasílio Sallum Jr. que resume esses valores opostos, entre sociedades ibéricas e anglo-saxônicas⁷.

⁷ O autor diz que Sérgio Buarque de Holanda “hesitava em relação à natureza do individualismo que se poderia esperar em um país de tradição ibérica. Ele duvidava que com essa tradição viesse a imperar um individualismo do tipo utilitário, americano”, e que ele “tinha razão em hesitar, pois a cultura de raiz ibérica estava incrustada

Precisa-se ir um pouco além com mais dois exemplos que serão fundamentais para o entendimento da comparação feita por Buarque de Holanda. Tais exemplos ajudam a ver a necessidade de superar nossa herança ibérica e implementar os valores modernos presentes nos outros países já colocados como exemplares, ou seja, mostrar que na comparação feita, há uma projeção de o que deve se seguido e o que não.

O primeiro trata de como que não adianta copiar outras nações enquanto a nossa cultura personalista persiste, pois elas não são compatíveis:

De certo modo, o malogro comercial de um Mauá também é indício eloquente da radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de *nações socialmente mais avançadas* [grifo meu], de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares (HOLANDA, 1995, p. 79).

O segundo é uma continuação da ideia, e faz parte do momento em que Holanda esboça uma solução para os problemas da forma como se dá a democracia brasileira, uma “antítese liberalismo-caudilhismo”, em que foram trazidas as instituições colocadas como essenciais pela Revolução Francesa sem com que houvesse uma mudança nos nossos valores⁸ (HOLANDA, 1995, p. 179). A vitória desse problema

Nunca se consumará enquanto não se liquide, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas essas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar. (HOLANDA, 1995, p. 180).

Assim, de acordo com *Raízes do Brasil*, só com a superação do nosso *modus vivendi*, com a despersonalização de nossa cultura, é que conseguiríamos realizar a revolução que vem se operando desde a abolição da escravidão, ou seja, a troca do nosso patriarcalismo personalista e da oligarquia patrimonialista derivada dele por valores adequados a uma

fortemente nas instituições e práticas brasileiras e, mais amplamente, na América Ibérica, ao mesmo tempo em que se afastava fortemente dos padrões dominantes no Ocidente” (SALLUM JR., 2012, p. 54 -55). Contudo, Sallum vê uma transformação democrática lenta, que teve como ápice a constituição de 1988, com ampliação do direito ao voto, garantia de liberdade de expressão, universalização dos direitos sociais, liberalização da economia, maior controle da burocracia com os concursos públicos e o fortalecimento do ministério público, entre outra. No entanto, ainda há um grande caminho a se seguir (SALLUM JR., 2012, p. 57 – 58).

⁸ Segundo Holanda, “as palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais”, fazendo com que tal antítese apareça: a vinda de instituições democráticas sem com que exista uma cultura compatível. (HOLANDA, 1995, p. 179)

democracia de verdade, podendo o Brasil fazer êxitos que seriam compatíveis com “nações socialmente mais avançadas”. Se usarmos a tabela de Brasílio, veremos que só introjetando alguns valores ligados aos países anglo-saxônicos é que conseguiremos chegar a uma melhor sociedade. Contudo, é importante ter em conta que Holanda não acredita na possibilidade de fazer mudanças na cultura da sociedade a partir da “substituição dos detentores do poder público” ou a partir de leis⁹. Segundo ele, só com uma revolução vertical, que amalgamasse as classes superiores com as outras do operariado, seria possível a mudança cultural no Brasil, para que assim fosse possível liquidadas os “fundamentos personalistas” e testemunhas uma democracia estruturada (HOLANDA, 1995, p. 178; 181).

Isso encerra essa parte de comparações valorativas feitas por Sérgio Buarque de Holanda. Temos de um lado a cultura ibérica que deve ser superada e a cultura de moldes baseada no modelo protestante que deve ser buscada. Claro que vale abrir um parênteses para as últimas páginas de “Raízes do Brasil”, onde o autor analisa que, “apesar de tudo” há “zonas de confluências” do nosso tipo de cultura com os ideais democráticos (HOLANDA, 1995, p. 184), o qual são citados três: a repulsa à hierarquia social, “a impossibilidade de resistência eficaz contra certas influências novas”, e a “relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor”. Contudo, o autor não deixar de notar que o pensamento base liberal-democrático que, de acordo com Benthan, é de trazer maior felicidade para o maior número, vai de encontro direto com “qualquer forma de convívio baseada nos valores cordiais”. A igualdade é dificultada na sociedade cordial, pois amar é a base das relações dessa sociedade, e amar alguém já é amar mais do que outro: “um amor humano sujeito à asfíxia e à morte fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios” (HOLANDA, 1995, p. 185).

⁹ “A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e ate certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade. Outro remédio, só aparentemente mais plausível, esta em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo” (HOLANDA, 1995, p. 178).

3 CAPÍTULO II – VISÕES CRÍTICAS SOBRE RAÍZES DO BRASIL

Agora que já foram mostradas as principais ideias de *Raízes do Brasil* que estão sendo usadas aqui, tratar-se-á de trazer as críticas mais recentes feitas à obra de Sérgio Buarque de Holanda, especificamente, mas também a toda uma tradição intelectual que se baseia na ideia de iberismo.

Para isso, serão usadas as teorias que fazem parte de *A modernização seletiva* de Jessé Souza. Os conceitos de “sociologia da inautenticidade” e “culturalismo atávico” nos ajudarão a tecer novas visões sobre “Raízes do Brasil”, no intuito não de negar suas qualidades e legado, mas sim apontar falhas em alguns aspectos bem específicos.

Logo, essa não é uma crítica geral à teoria e interpretação do autor. O que entra em questão a ser “desconstruído” é a ideia de que personalismo e patrimonialismo, características arcaicas em geral, são algo basicamente ibérico, algo que diferencia esses países e suas colônias, logo os brasileiros, do resto do mundo ocidental.

É necessário também entender o momento da ciência em que Holanda fazia parte, e a abordagem de Sérgio Costa nos ajudará a levar isso em consideração, mostrando que a sobrevivência da obra ao longo dos anos e das críticas é algo que só faz com que suas qualidades sejam ainda mais elevadas.

3.1 AS CRÍTICAS DE A MODERNIZAÇÃO SELETIVA

3.1.1 “Sociologia da inautenticidade” e a justificativa de Jessé Souza

A modernização seletiva é um livro lançado em 2000 e tem como objetivo fazer um contraponto às interpretações mais tradicionais sobre a formação da modernidade brasileira. Ele tem como tese a ideia de que a realização parcial dos aspectos da modernidade ocidental, logo sua *seletividade*, “é um atributo comum de todas as formas concretas de desenvolvimento observáveis na história do Ocidente” (SOUZA, 2000, p. 127), não importa se estamos tratando de Brasil, Alemanha ou até mesmo os Estados Unidos.

Para isso, o livro se centra na crítica à autointerpretação tradicional e dominante feita no Brasil, que considera que a modernização do país foi “superficial, epidérmica e de fachada”, como que “para inglês ver”. A esse tipo de interpretação, Jessé Souza dá o nome de “sociologia da inautenticidade”, a qual articula, invariavelmente, os temas de herança ibérica,

personalismo e patrimonialismo. Segundo ele, três são os pensadores considerados mais representativos da “*concepção de mundo ibérica*”: Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto Da Matta (SOUZA, 2000, p. 161). De certa forma, o autor faz um apelo maior a Sérgio Buarque, já que o considera como o mais influenciador - ou talvez até o fundador - de tal sociologia (SOUZA, 2000, p. 13).

É necessário, antes de iniciar a elucidação da abordagem de Jessé Souza, entender a justificativa que ele dá para o seu trabalho. Ele argumenta que há um imbricamento entre “ideias e práticas e instituições sociais” e considera que os valores não são simples entes que estão a disposição para serem escolhidos ou criados subjetivamente, mas sim “criações intersubjetivas”. Assim, nossas ações dependem de uma realidade objetiva e nascem do hábito e do estímulo, “localizados em algum ponto entre consciência e inconsciência” (SOUZA, 2000, p. 12). Segundo o autor, a concepção contrária a que ele acredite - logo, que “*ideias são entidades externas às práticas sociais*” (SOUZA, 2000, p. 11) - é uma ilusão do senso comum que invadiu a prática científica, e, de maneira específica, a nossa sociologia da inautenticidade, que a usa como base. Resume-se a posição de Jessé Souza no seguinte:

Ideias se entranham no cotidiano e em práticas sociais, permitindo uma direção singular aos comportamentos individuais e coletivos. Elas se institucionalizam e produzem, a partir daí, uma seletividade que confere e expressa uma certa singularidade social ou cultural.

Desse modo, uma investigação sobre o papel das ideias numa formação social não é algo supérfluo ou um mero exercício de erudição sem efeitos práticos (SOUZA, 2000, p. 160).

Vale se atentar à justificativa do trabalho de Jessé Souza, pois o mesmo argumento pode ser usado aqui. A intenção é contrapor questões conceituais, mas que não deixam de afetar objetivamente a realidade. Afinal, a crítica de Souza (e também a feita ao longo dessas páginas) é a tipos de interpretações que nos comparam negativamente com outras culturas, e isso acaba sendo transportado para a maneira que efetivamente pensamos de nós e até mesmo das instituições que buscamos construir¹⁰.

3.1.2 Sérgio Buarque de Holanda e o Culturalismo Atávico

Como colocado, Sérgio Buarque de Holanda tem uma grande importância para o desenvolvimento de “A modernização seletiva”. O pontapé da crítica ao autor é feita já na

¹⁰ No entanto, Jessé Souza não explica de que maneira que as instituições são modificadas e nem que instituições são essas.

introdução, quando considera que a argumentação de *Raízes do Brasil*, baseada na influência de Portugal, está imprecisa (porém não incorreta).

Imprecisões são inevitáveis em qualquer estudo. Uma imprecisão em relação ao argumento nuclear de uma teoria tem, no entanto as mais graves consequências. Em nenhum ponto do livro é definido o que é “europeísmo”, nem muito menos, o que Portugal tem de semelhante ou de dessemelhante em relação a essa tradição. Em alguns instantes temos a impressão que o “outro” de Portugal é a tradição calvinista ascética, em outras a própria Espanha. Em todos os casos o argumento de Buarque é convincente, elegante e sofisticado. No entanto, no decorrer de todo o livro ele é, também, impreciso. Creio que essa imprecisão é a causa última do fato de Buarque perceber sempre continuidade do personalismo português, por exemplo nas revolucionárias mudanças do Brasil da primeira metade do século XIX, em vez de descontinuidade e novidade radical. (SOUZA, 2000, p. 13).

O ponto da continuidade mesmo quando ruptura também é central na crítica que Jessé Souza desenvolve aos pensadores da sociologia da inautenticidade. Segundo ele, esse eterno retorno a um mesmo é uma característica do *culturalismo atávico*: o Brasil como sendo uma mera continuação de Portugal. O autor deixa claro que a crítica não se faz a análises culturalistas em geral, mas sim quando ela é feita desvinculada da dinâmica institucional e da estratificação social. O culturalismo atávico vê a influência cultural que a herança ibérica teve sobre o Brasil, contudo não se atenta para a forma específica que esses valores se institucionalizam nem como a singularidade das relações sociais do Novo Mundo afeta e é afetada por tal cultura.

Como vimos no primeiro capítulo, tal ideia é presente em *Raízes do Brasil*. A plasticidade que permite a fixação portuguesa em terras hostis, diferentemente de outros povos, é uma noção que materializa a ideia de atavismo culturalista. Não importa se há interações com novas culturas ou se o meio se modifica: o “velho português” continua o mesmo e transfere sua cultura para as próximas gerações (SOUZA, 2000, p. 207). Sérgio Buarque considera que somente as nossas raízes nos influenciam e dizem o que somos, assim “o personalismo de origem rural apenas muda de lugar na transição do campo para a cidade, ele se traveste de urbano, adquire uma ou outra característica secundária [...], mas a substância, suas características essenciais continuam a mesmas” (SOUZA, 2000, p. 165).

O mesmo acontece com o patrimonialismo, pois nele se manifesta o processo de abstração do personalismo: vira instituição, a qual impede o desenvolvimento de um Estado racional democrático.

O Estado permanece como uma mera generalização do princípio de sociabilidade familiar baseada na preferência particularista dos afetos, alfa e ômega do personalismo enquanto concepção de mundo. A burocracia racional, enquanto princípio contíguo à moderna democracia, na medida em que corporifica a possibilidade de um trato objetivo e consequentemente igualitário das questões políticas, não pode desenvolver-se como um elemento autônomo nesse contexto (SOUZA, 2000, p. 166).

A única mudança que Holanda acredita que realmente tenha sido significativa foi o fim da escravidão. Contudo, isso leva ao esquecimento de quase quatro séculos de história. Segundo Souza, falta a noção, que só é adquirida com o conhecimento sociológico metódico, de que os atores sociais são determinados pelo meio e que reagem a estímulos aos quais não controlam. Para ele, uma interpretação mais real do Brasil só será possível quando for levado em consideração “precisamente aqueles aspectos estruturais da vida institucional e da estratificação social peculiar que se constituem, entre nós, e que são descurados nas análises da nossa sociologia da inautenticidade” (SOUZA, 2000, p. 209).

Jessé Souza deixa explícita sua ideia sobre o Brasil:

No nosso caso, as instituições e estratificação social que se produziram no Brasil jamais foram, nem mesmo nos seus inícios, uma simples continuação de Portugal. Mais ainda, elas foram muito diferentes, fato que legitima pleitear uma singularidade toda própria ao tipo de formação social que aqui se desenvolveu [...]. Na perspectiva dos autores analisados, a problemática valorativa é percebida como se a influência e a transferência de valores culturais transpusessem oceanos (no caso não só de água, mas de dessemelhanças também), como quem leva a *roupa do corpo*. (SOUZA, 2000, p. 206).

3.2 OUTRAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Jessé Souza faz um importante trabalho ao ver as restrições dos estudos mais emblemáticos sobre o Brasil. Nossa sociologia da inautenticidade se baseia na ideia de herança ibérica para explicar nossos vícios culturais, colocando tais aspectos como um “ponto fora da curva” do progresso à modernidade. No entanto eles falham em ver que todas as sociedades ocidentais só realizam parcialmente os elementos da ideia de modernidade, ou seja, somente de maneira seletiva. Assim, deve se considerar que os países ibéricos ou derivados das colonizações também fazem parte de tal modernização seletiva.

A partir de agora, busca-se entender melhor *Raízes do Brasil* fora da teoria de Jessé Souza. Por exemplo: José Murilo de Carvalho enquadra Sérgio Buarque em uma categoria chamada de “pessimistas radicais”. Os autores que fazem parte desse grupo são caracterizados por se deixarem “possuir por sentimentos de desânimo [em relação à cultura brasileira], como

se fôssemos condenados, por características inerentes à raça ou à cultura, a permanente inferioridade cívica” (COELHO, 2014, p. 133). É daí que parte o argumento do presente trabalho. Essas interpretações baseadas em noções de inferioridade são feitas a partir de uma comparação que tem como enfoque algo a ser seguido, e esse algo a ser seguido é a Europa e os EUA, o que parece passar despercebido em uma primeira leitura.

No prefácio à edição alemã de *Raízes do Brasil*, Sérgio Costa traz novas considerações sobre as ideias do livro, contextualizando-o nas abordagens das Ciências Sociais mais recentes. A ideia de uma dicotomia Europa - América Latina não é uma singularidade de Buarque de Holanda. A construção de uma “Europa “civilizada” e “moderna” e o resto do mundo ‘não civilizado’ e ‘arcaico’” (COSTA, 2014, p. 838) é feita ao longo de toda a história ocidental, influenciando as teorias científicas da época. Sérgio Costa mostra como Roberto Schwarz “analisou de maneira com propriedade a imitação política da Europa na América Latina” (COSTA, 2014, p. 838): uma elite que idealizava a cultura europeia e tentava imitá-la ao mesmo tempo em que usava da sua europeização como forma de diferenciação social entre as outras camadas. A leitura de Sérgio Buarque de Holanda por Costa considera que *Raízes do Brasil* se baseia em uma idealização da Europa, ao colocá-la como hiper-real, como aquilo a ser seguido.

Se considerado apenas em sua forma textual, *Raízes do Brasil* deveria ser visto como um exemplo que confirma a representação dicotômica entre uma Europa moderna e um resto do mundo arcaico. Afinal, Buarque de Holanda atribui à Europa a exclusividade para definir o que é ordenado, moderno e democrático. De acordo com esta interpretação, a sociedade brasileira representaria o “outro” dicotômico: ela seria amorfa, arcaica e autoritária. Visto desta ótica o Brasil é uma cópia malfeita da Europa a ser retrabalhada e retocada de acordo com a matriz original. (COSTA, 2014, p. 838 - 839).

É bom ter em mente que tais críticas só se tornam possíveis de serem feitas por causa dos avanços das técnicas, metodologias e também da interdisciplinaridade ocorridas nas últimas décadas no campo das Ciências Sociais. Um exemplo disso são as novas formas que a ideia de Homem Cordial são lidas, exemplificando a leitura de Sérgio Costa.

A ideia de cordialidade separou duas escolas distintas. Uma aborda o Homem Cordial como o “núcleo da identidade brasileira”, sendo uma “síntese a-histórica e essencialista de supostas características brasileiras” (COSTA, 2014, p. 837), e tem como exemplo Roberto Da Matta. A segunda interpretação se foca na sociedade e instituições que estão por detrás da ideia de Homem Cordial, como faz Raymundo Faoro.

No entanto, os estudos mais recentes começam a apontar a problemática da teorização a partir da dicotomia simplista entre “família e Estado, legalidade e ilegalidade, interesses universais e normas universais, pré-modernidade e modernidade, como postulava Buarque de Holanda com base em Max Weber” (COSTA, 2014, p. 837). As novas abordagens veem que questões deixadas de fora, como capital cultural, preferências, redes de contato, e outros fatores, afetam nas interpretações de normas ditas impessoais, independente de ser na Europa ou não. Assim há uma interseccionalidade entre o discurso impessoal do direito e burocracia estatal com os aspectos novos supracitados, extrapolando uma ideia de mundo racional-burocrática, o que acaba mostrando que a cordialidade não pode ser colocada como tipicamente brasileira, mas que está presente em diversos tipos de sociabilidades.

Neste ponto, o “homem cordial” é apenas em parte uma peculiaridade do Brasil pré-moderno. Mais adequado seria dizer que cordialidade, conforme definida por Buarque de Holanda, é um elemento constitutivo da sociabilidade humana e que se manifesta, ainda que com diferentes graus, em todas as sociedades, independentemente do grau de modernidade que se lhes atribua (COSTA, 2014, p. 838).

Esta última citação extrapola a ideia de modernização seletiva de Jessé Souza. Enquanto essa se baseia na seletiva realização dos valores modernos nas sociedades ditas como tal, a proposta de Sérgio Costa se baseia em que uma característica pré-moderna (a cordialidade), colocada como tipicamente brasileira e central na crítica de Holanda, se manifesta em *todas as sociedades*, mesmo que *com graus diferentes*. O terceiro capítulo tem como intuito ilustrar tal tese.

Algumas questões são importantes de se deixarem claras no final deste capítulo. As qualidades de *Raízes do Brasil* parecem ficar de lado quando o foco é levar críticas ao livro. No entanto, isso só mostra o quanto de valor tem a obra, que, após mais de 80 anos de sua primeira versão, continua despertando o debate acadêmico. Por isso é necessário também levar críticas também à leitura que aqui está sendo feita da obra. Sérgio Costa visualiza bem os cuidados que deve se ter ao colocar novos debates em obras antigas sem contextualizá-las.

No entanto, uma crítica equilibrada não pode dissociar textos de seus contextos. É sabido que *Raízes do Brasil* não nasceu num colóquio pós-estruturalista no limiar do Século XXI. É, antes, uma resposta aos desafios políticos do seu tempo – a propósito, muito provavelmente a melhor resposta possível. Visto desta maneira, Buarque de Holanda desconstrói os discursos de poder dos oligarcas, dos racistas, dos românticos nacionalistas. Neste processo, a idealização da Europa é o preço inevitável da posição por ele adotada: a “Europa hiper-real” era o ponto de fuga necessário para orientar o projeto de construção de uma sociedade moderna onde

colonialismo, escravidão e patriarcado rural haviam deixado tantos escombros (COSTA, 2014, p. 839).

Raízes do Brasil faz uma análise a mais de 400 anos de história da sociedade “brasileira”. Da colônia à república, Holanda critica a sociedade patriarcal, senhorial e personalista que comandou o país, mostrando que só com a superação dos valores prezados por essa camada da população será possível uma democracia digna. Realmente, se basear nas virtudes ditas como europeias parece o único modo de criticar a situação vigente.

Holanda considera que as tentativas de mudanças baseadas na troca de leis não são suficientes para uma mudança cultural. É necessária “uma revolução vertical“, que realmente modifique os velhos elementos da sociedade juntamente com a “amalgamação” das classes sociais, sejam as cultas sejam as operárias. Em tempos de “Lava Jato”, qualquer interpretação da sociedade brasileira, e assim da nossa aparente aptidão à corrupção, que não leve em consideração nosso personalismo e nosso patrimonialismo é rasa e superficial.

4 CAPÍTULO III – O PATRIMONIALISMO NAS CULTURAS MODERNAS

Este último capítulo tem o intuito de corroborar tanto com a tese de Jessé Souza, que não há algum país com uma realização total dos aspectos da modernidade e ao mesmo tempo com a mostrada por Sérgio Costa, que características arcaicas colocadas como próprias do Brasil ocorrem mesmo que em diferentes graus em todas as sociedades.

O objetivo é fazer um estudo de caso de culturas consideradas exemplos para a sociologia da inautenticidade, abarcando uma das ideias trabalhadas em *Raízes do Brasil* e uma das partes do tripé da sociologia da inautenticidade, que é o patrimonialismo. Vale lembrar que a obra considera que a sociedade brasileira, por causa da ida de uma cultura rural personalista para os meios urbanos, tem uma burocracia comandada pelos funcionários patrimonialistas. Colocando como algo típico brasileiro, Holanda nos difere de outras sociedades que seguiram um modelo de Estado racional proposto por Max Weber.

Tentará aqui, portanto, mostrar que o patrimonialismo é algo comum em vários dos países considerados como exemplares. Para isso serão usados dois autores: O primeiro é Perry Anderson, o qual seu livro *Linhagens do Estado Absolutista* traça um panorama geral da história política e econômica da Europa Moderna ao mesmo tempo em que aborda a especificidade de alguns países considerados mais relevantes. É interessante também porque o período tratado como fundamental para a formação da identidade brasileira em “Raízes do Brasil” é o mesmo de *Linhagens do Estado Absolutista*, do final do século XV até o começo do século XIX. O segundo é John R. Hall, o qual seu artigo *Patrimonialism in America: The Public Domain in the Making of Modernity – From Colonial Times to the Late Nineteenth Century. Political* mostra as relações patrimoniais ocorridas nos Estados Unidos e também nos dá novas leituras sobre a questão do patrimonialismo na modernidade.

4.1 PERRY ANDERSON E O PATRIMONIALISMO NA EUROPA

Perry Anderson foi um historiador marxista e seu livro, *Linhagens do Estado Absolutista*, o desenvolvimento do absolutismo europeu a partir do materialismo histórico. No entanto, o livro também é uma crítica aos próprios estudos marxistas, os quais, segundo o autor, ou há um apelo somente à teoria, ou somente a especificidades históricas.

A obra aborda tanto a Europa Ocidental quanto a Oriental, em partes diferentes por se tratarem de contextos diferentes. Aqui irá se focar somente na parte Ocidental, pois é onde realmente se considera que os valores da modernidade afloraram. Vale dizer que a Espanha e Portugal são incluídos na teoria geral do desenvolvimento do Absolutismo, lado a lado com os outros países ocidentais. A Espanha, inclusive, tem uma parte dedicada para falar sobre a sua especificidade, juntamente com França, Grã-Bretanha, entre outros.

Antes de tratar sobre o patrimonialismo em si, é preciso dar um contexto histórico descrito no livro.

Há na passagem da Idade Média para a Idade Moderna uma mudança na relação de servidão. A prestação de serviços deixa de ser extraída na forma de trabalho ou prestação em espécie e começa a ser mediada pela renda em dinheiro (ANDERSON, 1985, p. 17). Contudo, segundo Anderson, a relação não só continuava se concentrando no âmbito rural, mas ela também permanecia feudal, sendo a nobreza dona dos meios de produção fundamentais: a terra. Assim, a classe que dominava política e economicamente era a mesma da época medieval, e, apesar de suas mutações, “desde o princípio até o final da história do absolutismo nunca foi desalojada de seu domínio do poder político” (ANDERSON, 1985, p. 18).

Mesmo sendo a mesma classe social dominante, não se pode deixar de levar em conta as mudanças estruturais e definitivas que ocorreram entre o Feudalismo e o Absolutismo. Na verdade, o Absolutismo é definido por um paradoxo, pois suas estruturas são dominadas por “combinações exóticas e híbridas cuja ‘modernidade’ superficial trai frequentemente um arcaísmo subterrâneo” (ANDERSON, 1985, p. 29). Segundo o autor, isso fica claro ao analisar as inovações institucionais desse tempo ligadas ao exército, burocracia, tributação, comércio e diplomacia. Olharemos mais de perto a questão da burocracia.

Primeiramente deve-se deixar clara a posição do autor em relação à composição do Estado Absolutista. Contrapondo certas considerações vigentes, Perry Anderson propõe que “o regime político da monarquia absoluta é apenas a nova forma política necessária à manutenção da dominação e da exploração feudais, no período de desenvolvimento de uma economia mercantil” (ANDERSON, 1985, p. 19), e não algum tipo de árbitro entre a burguesia nascente e a nobreza decadente. É um Estado aristocrático reforçado por causa do medo de não conseguir manter o *status quo* das massas camponesas (ANDERSON, 1985, p. 18).

No entanto, como dito antes, o Estado Absolutista se diferencia do modelo feudal. Ao trocar-se a lógica de uma relação de serviços e benefícios típica do medievo para uma

fundamentada na renda monetária, houve uma diluição do poder no campo e assim um “deslocamento da coerção político-legal no sentido ascendente, em direção a uma cúpula centralizada e militarizada - o Estado absolutista” (ANDERSON, 1985, p. 19). O resultado disso foi a contínua repressão dos camponeses na base da hierarquia social, juntamente com um reforço na capacidade de “vergar ou disciplinar indivíduos ou grupos dentro da própria nobreza” (ANDERSON, 1985, p. 20) . Indo além, essa centralização do poder enfraqueceu a ideia típica de vassalagem e isso levava a um duplo movimento: ao mesmo tempo aumentava o poder da monarquia e também “emancipava os domínios da nobreza das restrições tradicionais” (ANDERSON, 1985, p. 20). Toda essa nova redistribuição social levou a uma alodiação das terras, tornando maiores os ganhos econômicos e possibilitando o funcionamento da nova máquina estatal e jurisdicional do Estado absolutismo, sendo encarregada, sobretudo, pela nobreza.

Após a abordagem desses princípios gerais, entra-se, então, em como se dá a máquina estatal dos Estados modernos e assim no estudo da burocracia em particular. Parte-se da ideia citada mais acima do convívio paradoxal de uma modernização com um permanente arcaísmo para entender como se dava a burocratização do Estado. Um exemplo inicial é a introdução do direito romano, que serviu ao mesmo tempo para dar maior racionalização ao sistema e também para reforçar a dominação da classe feudal tradicional. Assim, “O acréscimo em racionalidade formal, ainda extremamente imperfeita e incompleta, dos sistemas jurídicos dos primórdios da Europa moderna foi preponderantemente obra do absolutismo aristocrático”, o que contraria a ideia de que a burguesia seria a mentora da maior racionalização do Estado e contraporía os valores mais personalistas da nobreza, como colocada em *Raízes do Brasil*. A lógica, na verdade, é trocada.

Tal paradoxo também é encontrado na formação da burocracia, a qual parece “representar uma transição à administração racional-legal de Weber, em contraste com a selva de dependências particularistas da Alta Idade Média” (p. 33). Ou seja: ao mesmo tempo em que há uma tentativa de impor maior especialização à burocracia nascente, ela é toda pensada a partir de uma lógica patrimonialista.

Todavia, ao mesmo tempo, a burocracia da Renascença era tratada como propriedade vendável a indivíduos privados: uma confusão central de duas ordens que o Estado burguês sempre distinguiu. Assim, o modo predominante de integração da nobreza feudal ao Estado absolutista no Ocidente assumiu a forma de aquisição de cargos. Aquele que adquirisse, por via privada, uma posição no aparelho público do Estado poderia depois se ressarcir do gasto através do abuso dos privilégios e da corrupção (sistema de gratificações), em uma espécie de caricatura monetarizada da investidura num feudo [...]. Tais funcionários, que proliferaram na França, Itália,

Espanha, Grã-Bretanha e Holanda, poderiam contar com a realização de lucros de 300 a 400 por cento, e talvez muito mais, sobre a sua aquisição (ANDERSON, 1985, p. 33).

Esse sistema iniciado no século XVI baseado em venalidades se torna fundamental para o funcionamento financeiro do Estado durante o século XVII, como forma de aumentar os rendimentos vindos não só da nobreza, mas também da burguesia crescente, que buscava galgar posições por meios além da compra de heranças e honras públicas (ANDERSON, 1985, p. 34). Apesar de a aristocracia ser sempre o topo da hierarquia, sua relação com a burguesia era complexa, às vezes andando juntas, às vezes separadas.

Essa aristocracia convivía em constantes conflitos entre si também. Quanto mais crescia a administração burocrática, mais a nobreza “colonizava” e disputava entre si os diferentes segmentos da máquina estatal e os privilégios políticos e econômicos dessas posições. As grandes famílias aristocráticas “comandavam clientelas parasitárias [...] que eram infiltrados no aparelho de Estado, e formavam redes rivais de apadrinhamento no seio deste” (ANDERSON, 1985, p. 48). Dessa forma, por detrás do palco político principal, uma série de conflitos e alianças se formavam a partir de uma “sólida base regional”, buscando conquista de posições no espaço público¹¹.

Contudo, segundo Perry Anderson, as venalidades serviriam não só para fins financeiros, mas também como meio de combater esse clientelismo. Juntamente com a maior profissionalização dos funcionários estatais no século XVII e com o crescente número de burgueses arrivistas, a transformação da venda de cargos em transação de mercado bloqueava a formação de clientelas da grande nobreza no interior do próprio Estado, pois agora se dependiam de “equivalentes financeiros impessoais” e não mais “das ligações e do prestígio pessoais de um grande senhor e da sua casa”. “Evidentemente, um parasitismo apenas foi substituído por outro: no lugar do apadrinhamento, a venalidade” (PA p. 51). Essa última citação exemplifica bem o paradoxo do Estado moderno, em que há uma tentativa de modernização do aparato burocrático, com o controle do clientelismo e assim maior poder para a monarquia, juntamente com práticas tipicamente não modernas, como o patrimonialismo.

Com o que já foi colocado até aqui, é possível mostrar como é complexo colocar a Europa como um exemplo de modernidade a ser seguido. Toda essa burocracia baseada em

¹¹“As rivalidades faccionárias entre as grandes famílias, cada uma com o comando de um segmento da máquina do Estado e, frequentemente, com uma sólida base regional no seio de um país tenuemente unificado, ocupavam constantemente a antecena do palco político” (ANDERSON, 1985, p. 48). Lendo sem contextualização no âmbito europeu, tal citação parece muito bem cabível aos conflitos dos donos de terra no Brasil.

venalidades e ao mesmo tempo o clientelismo que busca ser vai de encontro com os valores modernos. Veremos ao analisar o caso dos Estados Unidos que independentemente de ser Monarquia ou República, o patrimonialismo continuará presente.

4.2 JOHN R. HALL E O CASO DOS ESTADOS UNIDOS

O autor a ser estudado agora é John R. Hall, professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia (UC). O artigo a ser utilizado aqui se chama *Patrimonialism in America: The Public Domain in the Making of Modernity – From Colonial Times to the Late Nineteenth Century*, e, apesar de tratar do patrimonialismo, ele não busca encaixar os Estados Unidos como Estado patrimonial, mas sim mostrar como a lógica do patrimonialismo, apesar de ser tipicamente colocado como algo que vai de encontro com a modernidade, foi essencial para o desenvolvimento deste país (HALL, 2015, p. 8).

Assim, o autor dá um passo além no estudo do patrimonialismo. Segundo ele, há uma possibilidade de imaginar uma transição teórica de um patrimonialismo clássico para um de cunho moderno, pois mesmo sem a presença de laços pessoais, as dinâmicas patrimoniais continuam existindo quando algo é monopolizado e deve ser distribuído. Exemplos disso seriam os contratos de licitação (HALL, 2015, P. 11). É disso que o autor parte para acreditar que há um patrimonialismo estatal moderno (*patrimonial state patrimonialism*), que se torna não só benéfico para o desenvolvimento do Estado, mas também adquire os princípios modernos da racionalidade, calculabilidade e previsibilidade.

Hall busca, com isso, contrapor uma ideia de que o patrimonialismo sempre será o contrário de racional, de calculável e dos outros princípios da economia política moderna, que podendo existir nas sociedades modernas não somente dentro das condições de corrupção e de sindicatos do crime (HALL, 2015, p. 9; p. 12). Esse é o objetivo do artigo: entender como se dá essa passagem do patrimonialismo tradicional para o moderno olhando os Estados Unidos a partir da questão da terra. Mas antes de proceder para uma análise histórica do patrimonialismo norte-americano, devemos elucidar o que é patrimonialismo para o autor.

Se baseando em Weber, o patrimonialismo tradicional seria um conjunto de obrigações sociais recíprocas de cunho familiar, entre um dono do poder (*poweholder*) que controla recursos e seus dependentes, súditos, ou outros partidos que buscam se beneficiar de tal recurso. Isso cria uma relação de dependência entre a obrigação do dono do poder de distribuir recursos e a dos dependentes de servir aos interesses deste. Então patrimonialismo é

a lógica social do patriarcalismo quando estendida além do núcleo familiar: sua lógica central, apesar de ter sido baseada em relações familiares, foge dela. O que conta é a distribuição de recursos desejados que levem a uma relação de dependência que lembra a de uma família e gera obrigações intragrupo (HALL, 2015, p. 11)¹². Essa seria a definição do patrimonialismo tradicional.

Agora que foi deixada mais clara a definição usada por John Hall, parte-se para o estudo histórico do patrimonialismo. A primeira mostrada pelo autor é que, pode parecer contraditória a análise do patrimonialismo, conceito de sociedades tipicamente não modernas, nos Estados Unidos, o país republicano por excelência com seu grande impulso democrático. No entanto, o autor afirma que o país não pode ser, em nenhum momento de sua história, considerado tipo ideal do modelo republicano, onde o patrimonialismo de bases personalistas seria antagonista. O país foi influenciado pelas práticas europeias e o patrimonialismo veio junto delas (HALL, 2015, p. 14)¹³.

Assim, o patrimonialismo foi levado para o território norte-americano durante a colonização inglesa. Desde então, a questão da terra é tratada de maneira patrimonial pela Coroa Britânica. Apesar de ser mais conhecida a distribuição de terra baseada no *headright system*, processo em que se dava uma porção de terra para quem pudesse arcar com a passagem para o Novo Mundo, a abordagem patrimonial baseada em vínculos pessoais também ocupou seu espaço, como na Pensilvânia, Delaware e Maryland. Muitas dessas terras cedidas foram baseadas em tradições políticas administrativas que remontavam vínculos formados no século XI (HALL, 2015, p. 17).

Outros fatores que mostram o patrimonialismo na questão de terras nos Estados Unidos foram que as cartas régias refletiam os princípios das regras patrimoniais já existentes, como, por exemplo, a reserva de uma parte do ouro e prata do território para a coroa, assim como o pagamento do *quitrent*, uma espécie de obrigação tipicamente feudal que deveria ser pago ou nominalmente ou monetariamente. Também, as concessões podiam ser baseadas em

¹² Tal definição, apesar de colocada de outra maneira, não parece diferir muito da feita por Sérgio Buarque de Holanda. Ambas tratam de um detentor de poder (no caso de Holanda, do burocrata) que controla determinado recurso (a máquina do estatal) e distribui tal recurso a partir de vínculos pessoais (a escolha de quem vai exercer os cargos a partir da confiança pessoal).

¹³ O próprio admite que, comparado com a Europa, com o exemplo da França de Luís XIV (*“L’etat, c’est moi”*) não será achado patrimonialismo igual nos Estados Unidos. Como vimos, e Hall reitera, a nobreza europeia usou o absolutismo como meio de manter o seu poder, e tal patrimonialismo nunca realmente desapareceu. É por isso que a Europa não seria a melhor meio de analisar o patrimonialismo estatal moderno, pois poderia ser mal interpretado como a continuidade de um patrimonialismo tradicional (HALL, 2015, p. 13).

motivos mais “civis”, como para a incrementação de indústrias ou mesmo para recompensar pessoas por seus feitos militares (HALL, 2015, p. 17 -18).

No entanto, a Coroa Britânica se viu no meio de vários conflitos relacionados à terra. Os interesses do uso da terra seguindo preceitos patrimonialistas europeus (venda de terras para pagamento de débitos governamentais, recompensar servos, etc.) eram contrapostos com os dos especuladores de terra, os quais reclamavam principalmente do *quitrent*, algo que impedia a especulação. No final das contas, os especuladores buscaram se verem livres desses laços patrimoniais e conseguiram, apesar de geralmente terem recebido as terras de maneira patrimonial a partir dos seus contatos.

Esse uso especulativo da terra foi essencial para o êxito da colonização dos Estados Unidos, ajudando companhias de colonização, os particulares e até aqueles que usavam das posições no governo para conseguir terras (e assim usufruir economicamente de suas vendas).

Para resumir a questão da terra no período colonial, o autor faz um paralelo com o Brasil.

Overall, under European colonization, the patrimonial principle that the state owns a public domain not otherwise legally held by its subjects came to be applied to the vast territories of North America originally occupied by the indigenous population. Outside New England, the state or its designee could retain rights to specified land resources or uses and to quitrents, and it could grant land according to its own interests, or to promote specific state purposes in the settlement and development of territory. These classic features of patrimonial colonization other than quitrent could equally be found elsewhere, for example, in sixteenth-century Brazil (HALL, 2015, 20 - 21)¹⁴.

Apesar dessa base patrimonial, o que venceu no jogo sociopolítico foi os especuladores e mesmo antes da Revolução Americana já havia uma classe detentora de grandes porções de terra que conseguiram se desvincular dos laços patrimoniais anteriores. Contudo, veremos que o governo federal dos EUA acabou por se tornar mais efetivos do que a Coroa Britânica em relação à prática patrimonial.

Nesse sentido, Hall se coloca no meio do debate entre as interpretações que indicam um governo federal corrupto e outras um amplamente democrático quando se trata da

¹⁴ De um modo geral, sob a colonização europeia, o princípio patrimonial de que o Estado possui um domínio público não legalmente detido por seus subordinados passou a ser aplicado aos vastos territórios da América do Norte originalmente ocupados pela população indígena. Fora da Nova Inglaterra, o Estado ou o seu designado poderia manter os direitos sobre recursos ou usos e para *quitrents*, e poderia conceder terras de acordo com seus próprios interesses ou promover fins estatais específicos na colonização e desenvolvimento do território. Essas características clássicas da colonização patrimonial, tirando o *quitrent*, também poderiam ser encontradas em outros lugares, por exemplo, no Brasil do século XVI. (Tradução livre)

distribuição do domínio público. Ele explica que há evidência histórica para a comprovação de ambas e é nessas condições e nesse período, século XIX, que são lançadas as bases para entender como o patrimonialismo entrou em sua fase moderna (HALL, 2015, p. 22).

Vivia-se a conquista do Oeste, que fazia grande quantidade de pessoas buscarem novas terras, e também havia maior facilidade em suas vendas por causa do fim do patrimonialismo europeu existente principalmente o *quiterent*. Isso gerou uma facilidade para os especuladores para venderem e comprarem. O que será visto é que, apesar dessas mudanças relacionadas à terra, o caráter patrimonial do domínio público não será alterado, nem mesmo as práticas do patrimonialismo estatal (HALL, 2015, p. 22).

As políticas relacionadas a expansão do territórios dos Estados Unidos podem ser vistas como tipicamente feitas por um Estado de caráter puramente moderno: prover mercados, taxar estados, criar assentamentos novos para a reivindicação territorial. Contudo, todas essas políticas foram combinadas à busca de receitas para o governo federal para quitar débitos da Revolução Americana. A forma achada para adquirir de forma rápida e eficaz foi a venda de terras. Isso levou a uma política patrimonial que fugia dos moldes típicos. Era a venda de um monopólio estatal para aqueles que cumpriam as condições, contudo agora essas condições eram subordinadas às leis e não só aos vínculos pessoais (HALL, 2015, p. 24 – 25).

O que realmente mostrava o lado patrimonial dessas transações era para quem que as terras eram comercializadas. Na primeira metade do século XIX, os especuladores foram os maiores beneficiados das políticas de terra, o que causava grande descontentamento com a população: os melhores preços e as melhores terras eram oferecidas para as grandes companhias de terras existentes. Ainda por cima havia a corrupção, que fez com que a maioria dos já ricos e bem conectados aumentasse seu patrimônio¹⁵.

Land sales also gave rise to tens upon tens of thousands of fraudulent land entries, along with an entire catalog of shady operations, auction combinations, corruptions, graft, scams, frauds, swindlings, and other evasions of the law by speculators (and sometimes settlers themselves), often made possible by politicians and government employees who treated public office as a source of private benefit (HALL, 2015. p. 27)¹⁶.

¹⁵ Assim, uma boa parte da elite econômica foi fundada na questão de terras do século XIX: “In practically every town, large or small, the local squire, the bank president, the owner of numerous mortgages, the resident of the ‘big house,’ the man whose wife was the leader of ‘society,’ got his start and a substantial start as a result of the upward surge of land values in the nineteenth century” (SAKOLSKI, 1957, p. 132) (citado por HALL, 2015, p.27).

¹⁶ As vendas de terras também deram origem a dezenas de milhares de registros de terra fraudulentos, juntamente com todo um catálogo de operações sombrias, combinações de leilões, corrupções, golpes, fraudes, enganações e outras evasões da lei por parte de especuladores (e às vezes próprios colonizadores), muitas vezes

O comércio de terras baseado em especulação alcançou o objetivo básico do governo federal: reduziu os débitos e facilitou a colonização e desenvolvimento territorial dos Estados Unidos. Apesar disso, essa distribuição acabou gerando um novo tipo de patrimonialismo, algo que gerou disputas e debates políticos, chegando a ser colocado como sinônimo feudalismo¹⁷. Mas também não significa que foi sinônimo de corrupção e clientelismo, como já colocado: a forma que se deu a política de terras nesse período foi essencial para configurar a política, economia e cultura dos americanos.

Abre-se um adendo para a questão das companhias ferroviárias para finalizar. Com o surgimento destas, toda a ideia de igualdade que a questão das terras pressupunha (apesar de, como vimos, não realmente igualitária) foi deixada de lado para focar nos subsídios para o favorecimento e desenvolvimento das ferrovias. Como todo caso de patrimonialismo tradicional, acabou também gerando corrupção, o que fez com que em 1871 vários acordos entre as companhias e o governo tivessem de ser cancelados para acalmar a opinião pública. Também gerou grande concentração de terras: as companhias ferroviárias tinham a maior quantidade de terras privadas existentes fora de uma monarquia patrimonialista (HALL, 2015, p. 29 – 30)¹⁸.

Apesar desses fatos, seria muito difícil que houvesse uma implementação eficiente de ferrovias no extenso território dos Estados Unidos sem a ajuda estatal. Tais empresas assumiam grandes riscos e elas foram essenciais para a expansão para o Oeste e para o desenvolvimento da economia norte-americana do jeito que a conhecemos hoje. Não que o autor esteja defendendo a corrupção, porém ele acredita que o patrimonialismo do governo federal foi fundamental para o progresso e modernização do país (HALL, 2015, p. 32).

Hall vê na questão das ferrovias o momento da transição de um patrimonialismo tradicional para um patrimonialismo moderno. A lógica patrimonialista foi usada não mais para benefícios de particulares, mas sim para a promoção de uma melhoria para a população, seguindo leis e não mais vinculações pessoais, apesar de suas falhas. Com o Revision Act de 1891, os maiores abusos na distribuição da terra são controlados e as práticas na distribuição

tornados possíveis por políticos e funcionários do governo que trataram o cargo público como fonte de benefício privado. (Tradução livre).

¹⁷ “In vain shall we have struck down the feudal system with its accompanying relation of lard [sic] and vassal, if we create and continue here this worse than feudal vassalage, the system of American landlords, engrossing millions of acres, and regulating the terms of sale and settlement” (ROBBINS, 1942, p. 68) (citado por HALL, 2015, p. 27)

¹⁸ “Private companies received lands covering a total area somewhat larger than the states of Illinois, Iowa, and Nebraska combined. The Union Pacific obtained a grant of almost 11 million acres; the Central Pacific, over 7.3 million; the Northern Pacific, a whopping 38.9 million acres certainly the largest amounts of land ever privately owned outside monarchic patrimonialism” (HALL, 2015, p. 29).

de terra se tornam mais “modernizadas”, com mais previsibilidade, igualdade e racionalidade. Na tese do autor, a lógica patrimonial irá continuar enquanto qualquer recurso se torne potencialmente valioso e que deve ser de alguma forma distribuído, sendo o caso mais comum nas democracias contemporâneas a questão do licenciamento governamental. Isso não deve ser tomado como sinônimo de corrupção, mas sim de uma prática de economia política desde que feito de forma legal e com respeito à democracia (HALL, 2015, p. 35 – 37).

In essence, in relation to the core features of patrimonialism that I described at the outset of this study, with the emergence of new development opportunities for monopolized resources, the practices of patrimonialism become remapped in an increasingly modern setting of public law and democracy: the appearance of any impropriety relationship of obligation is to be avoided through legal contract, even when strong coordination of actions occurs. In what is relentlessly and ideologically described as a market economy, patrimonialism is the economic form of public welfare benefits that dare not speak its name (HALL, 2015, p. 37)¹⁹.

Esse estudo de caso dos Estados Unidos, assim como foi feito na Europa, nos mostra que até no país considerado moderno por excelência, a prática do patrimonialismo, algo considerado arcaico, foi presente. E estamos falando do patrimonialismo ligado a relações pessoais e que gera problemas políticos, assim como colocado por Sérgio Buarque de Holanda. Inclusive, Hall faz um paralelo com o Brasil colonial, como foi mostrado. No entanto, os Estados Unidos conseguiram modernizar suas práticas patrimoniais, tornando-as condizentes com a sociedade contemporânea e democrática, diferentemente do que feito pelo Brasil, que não conseguiu efetuar nem mudanças legais efetivas para que fossem controlados os problemas ligados ao patrimonialismo tradicional.

O importante é sublinhar que, durante toda a Idade Moderna e incluindo grande parte do Século XIX, tanto o Brasil, quanto a Europa e os Estados Unidos foram “infestados” pelo mesmo tipo de lógica, não sendo cabível colocá-los como contradições de cultura que sempre existiram, pelo menos quando ligado à questão do patrimonialismo. Isso vai de acordo com as ideias de Jessé Souza e Sérgio Costa colocadas no segundo capítulo. Ou seja, não só a Europa e os Estados Unidos não realizaram totalmente os aspectos considerados modernos, mas lógicas arcaicas podem ser encontradas nesses países ao longo de suas histórias.

¹⁹ Em essência, em relação aos aspectos fundamentais do patrimonialismo que descrevi no início deste estudo, com o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento para recursos monopolizados, as práticas do patrimonialismo se tornam remapeadas em um ambiente cada vez mais moderno de direito público e democracia: a aparência de qualquer relação imprópria de obrigação deve ser evitada por contrato legal, mesmo quando ocorre uma forte coordenação de ações. No que é implacavelmente e ideologicamente descrito como uma economia de mercado, o patrimonialismo é a forma econômica dos benefícios do bem-estar público que não ousam falar tal nome (Tradução livre).

5 CONCLUSÃO

Ao longo dessas páginas, foi buscado responder uma pergunta central: seriam os aspectos arcaicos algo exclusivo da cultura ibérica? Algo que os diferenciaria dos países considerados modernos por excelência?

Para tentar elucidar, foi escolhido um traço específico dessa modernidade: o patrimonialismo. Tal aspecto tem sua importância por ser melhor visível ao olhar das instituições, ao mesmo que abarcar outras questões também não consideradas modernas, fazendo parte do tripé de nossa “sociologia da inautenticidade”. Além disso, principalmente tratando do Brasil, é importante por causa da íntima relação entre patrimonialismo (em seus moldes clássicos, pelo menos) e corrupção.

Para entender o porquê dessa pergunta e também contrapor os argumentos, foi escolhido Sérgio Buarque de Holanda, autor de grande prestígio nacional e também conhecido internacionalmente, com traduções para o espanhol, francês, italiano, alemão e até mesmo japonês.

Toda a teoria do seu livro mais célebre, *Raízes do Brasil*, é baseada em uma diferenciação entre a cultura ibérica, a qual é caracterizada por valores não modernos, e outras culturas que seriam exemplos de modernidade, como os países da Europa Ocidental e também os Estados Unidos. Segundo ele, o Brasil é carregado de personalismo, patrimonialismo e cordialidade por causa das suas raízes ibéricas, que nunca conseguiram ser totalmente superadas: a grande esperança para os problemas brasileiros e a sua democracia seria a superação de tal cultura.

O problema colocado é que Holanda não consegue olhar para os problemas na questão relacionada à modernização nesses países exemplares. Este trabalho tem o intuito de afirmar que eles, na grande maioria de sua história, tiveram pelo menos o patrimonialismo presente em suas sociedades.

Para aprofundar as críticas, foram trazidas as teorias, sobretudo de Jessé Souza, mas também de outros autores, como Sérgio Costa. Vimos que Sérgio Buarque de Holanda faz parte da “sociologia da inautenticidade”, grupo de pensadores que vê a modernização do Brasil foi feita de maneira insuficiente e culpa a nossa herança ibérica por tal feito, ao mesmo tempo em que coloca como exemplos de modernidade outros países. Tal sociologia tem como tripé o personalismo, o patrimonialismo e a tal herança ibérica, sendo que toda a cultura

ibérica foi transplantada para o Brasil sem modificações: isso a é o que Jessé Souza chama de “culturalismo atávico”.

Jessé Souza considera o contrário dessas teorias, ou seja, que houve muitas modificações na cultura ibérica ao longo da história da colonização, seja por meio do intercâmbio com outras culturas, seja por causa do novo meio em que os portugueses se encontravam. Ele acha de grande importância fazer críticas a essa perspectiva, pois vê que as ideias da “sociologia da inautenticidade” nos comparam negativamente com outras culturas e isso acaba penetrando em nossas instituições e sociedade, modificando as formas com que nos olhamos e nas instituições que buscamos construir.

Indo além de Jessé Souza, vimos rapidamente que José Murilo de Carvalho vê Holanda como um teórico pessimista, pois trata a cultura brasileira como se fosse fadada a permanente inferioridade cívica. Já Sérgio Costa nos mostra como essa comparação entre Europa moderna e o outro arcaico sempre esteve presente nos estudos científicos, e Sérgio Buarque de Holanda não é exceção. Assim, o autor de *Raízes do Brasil* coloca a Europa como a cultura que define o que é democrático e moderno, enquanto os ibéricos seriam os atrasados que deveriam se superar com base na cultura europeia. Apesar disso, Sérgio Costa nos deixa um aviso essencial, que é a necessidade de sempre lembrar o contexto em que estava sendo escrita a obra: Holanda foi um grande crítico social do seu tempo (talvez o maior deles), e essa hiper-realização da Europa acabou sendo a fuga necessária para conseguir tal feito.

Na sequência do trabalho, foi tentado fazer um pequeno estudo de caso, escolhendo um autor que tratasse da Europa e outro que tratasse dos Estados Unidos. Com Perry Anderson vimos como o patrimonialismo foi base da Europa Moderna durante todo o absolutismo (até o início do século XIX). Com John R. Hall, também foi visto como a distribuição patrimonial de terra esteve presente em toda a história dos Estados Unidos até o começo do século XX. Apesar disso, Hall considera que o patrimonialismo clássico acabou se transformando em um tipo de patrimonialismo moderno ao longo do tempo, adquirindo mais previsibilidade, legalidade e impessoalidade e ainda sendo base para as relações político econômicas da sociedade norte-americana.

Com tudo isso posto, vimos que as teorias de *Raízes do Brasil* têm grandes problemas ao mostrar tais sociedades como exemplos a serem seguidos. Sérgio Buarque de Holanda acaba tendo uma visão teleológica, pois vê a história brasileira à partir da forma das sociedades de sua época.

Uma das inspirações para esse trabalho foi a corrupção. Não é visto os problemas que parecem ser incontornáveis de corrupção na Espanha e em Portugal como são vistos nos países latino-americanos. Isso acaba gerando uma dúvida: afinal, se realmente compartilham de uma mesma cultura, por que tais diferenças? *Raízes do Brasil* não consegue nos responder tal pergunta, pois, como foi visto, se baseia na ideia de “culturalismo atávico”.

Para dar um exemplo: O *Corruption Perception Index*²⁰ de 2016 foi lançado em 25 de janeiro de 2017 e mostra o nível de corrupção de acordo com a percepção de cada país de si mesmo. Mesmo com defeitos²¹ o índice é um bom meio de mostrar o problema em questão.

O Brasil aparece em 79º lugar, quase na metade inferior das 176 posições (em que a primeira posição é a menos corrupta e a última a mais). Enquanto isso, a Alemanha ficou em 10º, os EUA ficaram em 18º, Portugal em 29º e Espanha em 41º. Ou seja, os países ditos origem de nossa tradição personalista e patrimonialista estão mais próximos daqueles considerados exemplos de impessoalidade, como EUA e Alemanha, do que do Brasil, o qual teria herdado sua cultura.

Isso serve como simples visualização da necessidade de olhar os diferentes rumos que esses países tomaram durante suas histórias. Não faz sentido ficarmos culpando nossas heranças ibéricas se há uma diferença atual tão grande. É preciso analisar o porquê de rumos diferentes. Ou seja: a teoria do iberismo não leva em conta as mudanças culturais e sociais que ocorreram durante a própria história brasileira e somente levando em conta nossas próprias e únicas idiossincrasias é que conseguiremos interpretar melhor a nossa sociedade.

É preciso, no entanto, fazer um último adendo a Sérgio Buarque de Holanda. Como foi dito, as qualidades de *Raízes do Brasil* acabam sendo colocadas de lado ao fazer críticas a ela, e nada mais justo que ressaltar de novo que não é bem assim.

Há na obra uma importante lição para nossa situação atual no Brasil. Agora que estamos vivendo em tempos de grande crise política e que ao mesmo tempo estamos vendo algo que nunca foi visto em nossa história, que é a prisão de tantos políticos, empresários, etc. ou seja, corruptos em geral, pode parecer que estamos conseguindo superar o patrimonialismo e clientelismo brasileiro.

²⁰ TRANSPARENCY INTERNATIONAL: THE GLOBAL COALITION. **Corruption perceptions index 2016**. Disponível em: <http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>. Acesso em: 05 fev. 2017.

²¹ Sobre as dificuldades na medição da corrupção: ABRAMO, Claudio Weber. Percepções pantanosas – a dificuldade de medir a corrupção. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 73, nov/2005, pp. 33-37. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300003>. Acesso em 14 jun. 2017.

Contudo, Sérgio Buarque de Holanda nos mostra que é preciso ficar com o pé atrás: não adianta a criação de novas leis ou reformas constitucionais, se o modo de pensar da população continua o mesmo. Isso nos mostra os limites das operações policiais e reformas políticas.

Apesar de todas as críticas feitas aqui, é totalmente fictício afirmar que *o brasileiro* não é extremamente personalista, patrimonialista, ou melhor, corrupto. Pode ter ficado ambíguo a posição aqui colocada, entre seguir ou não os valores colocados pelos países modernos. Na verdade, se o ideal visto empiricamente para o estabelecimento de uma democracia forte é a adoção de virtudes ditas como modernas (o que parece ser comprovado com o índice de corrupção acima), assim deveria ser feito. Ao mesmo tempo isso não significa a cópia inconsciente de instituições e modelos de outros países que foram bem sucedidos. Como mostra Holanda, tal visão de mudança legal faz com que a sociedade mude tanto quanto uma mudança presidencial: e como vimos pelos nossos últimos 30 anos de história brasileira, ele estava bastante correto.

O que foi feito aqui foi exatamente no sentido de mostrar que os países exemplares, com democracias fortes, não nasceram assim. Ao longo de suas histórias, atitudes antidemocráticas e antimodernas estiveram presentes e foram combatidas, umas de maneiras mais efetivas que outras. Fazer uma comparação de culturas, sendo elas mostradas como algo dado, como algo atávico, acaba por indisponibilizar o desenvolvimento cultural do Brasil, trazendo um sentimento de algo que nunca fosse possível mudar. Ver as falhas e as superações dos outros pode ser muito mais benéfico do que tratá-los como entidades que sempre foram mais desenvolvidas, superiores e modernas.

Um dos grandes feitos de *Raízes do Brasil* é mostrar que é possível, apesar de tudo, a superação do atraso do Brasil, sem que com isso seja feito a partir de uma cópia de instituições dos outros países. A importância de levar críticas a *Raízes do Brasil* é porque estudar Sérgio Buarque de Holanda nos mostra cada vez mais crucial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Claudio Weber. **Percepções pantanosas – a dificuldade de medir a corrupção.** In: Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n. 73, nov/2005, pp. 33-37. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300003>. Acesso em 14 jun. 2017.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista.** Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- AVRITZER, L. **A singularidade brasileira.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* v. 16, n. 45, p. 165 - 167 fev. 2001.
- SALLUM JR., Brasílio. As raízes do Brasil e a democracia. **Sinais sociais,** Cidade, v. 7, n. 19, p.111-222, mai./ago. 2012.
- COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **A democracia no Brasil não é um mal-entendido.** *Civitas,* Porto alegre, v. 14, n. 1, p. 126-136, jan./abr. 2014.
- COSTA, Sérgio. **O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.** *Revista sociedade e estado,* [S.L.], v. 29, n. 3, set./dez. 2014
- HALL, John R. Patrimonialism in America: The Public Domain in the Making of Modernity – From Colonial Times to the Late Nineteenth Century. **Political Power and Social Theory,** v. 48, p. 07-41, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/S0198-871920150000028001>>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEITE FILHO, Roberto Conceição Morato. **O impasse da modernidade no Brasil das primeiras décadas deste século:** análise de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. 1994. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1994.
- ROBBINS, R. M. (1942). **Our landed heritage:** The public domain, 1776_1936. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- SAKOLSKI, A. M. (1957). **Land tenure and land taxation in America.** New York, NY: Robert Schalkenbach Foundation.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL: THE GLOBAL COALITION. **Corruption perceptions index 2016**. Disponível em: <http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>. Acesso em: 05 fev. 2017.

VELLOSO, Paula Campos Pimenta. O Iberismo em Oliveira Vianna: estudo da inconsciência conservadora. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-63, jun. 2011. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/numero-dois/>>. Acesso em: 08 fev. 2017.